

A "bruxa" à solta

BRASÍLIA Raquel Dodge assume o comando do Ministério Público e a "herança maldita" de Rodrigo Janot

POR SERGIO LIRIO

P erdeu tempo quem buscou nas entrelinhas do discurso de posse de Raquel Dodge um prenúncio de sua atuação no comando da Procuradoria-Geral da República. Em uma cerimônia de muitos salamaleques e mesuras no palco, resumidos na troca de sorrisos captados pela foto principal destas páginas, Dodge intercalou frases de apoio ao combate à corrupção e referências às demais atribuições da corporação sob seu comando desde a segunda-feira 18. "O Ministério Público", afirmou logo nas primeiras linhas, "tem, portanto, a obrigação de exercer, com igual ênfase, a função criminal e de defesa dos direitos humanos."

As fissuras internas da PGR puderam ser mais bem observadas na movimentação da plateia. O subprocurador Nicolao Dino, aliado de Rodrigo Janot e preterido para o cargo, apesar de ter sido o mais votado nas eleições internas, enfrentou o constrangimento de ser barrado na entrada. O episódio, apressou-se a explicar o cerimonial, não passou de um equívoco, rapidamente solucionado. Desafeto de Janot e um dos fiadores da nomeação de Dodge, o ministro Gilmar Mendes tentou, como de hábito, tomar as rédeas

do cavalo selado. "Certamente, a procuradora-geral vai fazer uma reanálise de todos os procedimentos à sua disposição, de maneira natural ou provocada, para evitar erros e equívocos que estavam se acumulando", pontificou a jornalistas.

Nas primeiras horas à frente da PGR, Dodge não se deixou decifrar e a prudência talvez se justifique pela dificuldade em identificar claramente onde estão seus aliados. Por ter sido nomeada por Temer sem ser a preferida dos procuradores (ela perdeu a eleição interna para Dino), será obrigada a provar à corporação sua independência em relação ao presidente da República. Pela mesma razão e por historicamente defender



Enquanto isso, na coxia... Janot fez de tudo para impedir a nomeação da sucessora. Mendes se sente fiador da indicação e cobra a fatura



Temer, Cármen
Lúcia e Dodge:
a coreografia nos
salões da República

A procuradora-geral terá força para evitar as pressões da mídia e da corporação? A quem ela se aliará?

alcançar o posto máximo da hierarquia do Ministério Público. Se o antecessor construiu sua influência por meio da defesa dos interesses corporativos, como um “sindicalista”, para citar uma menção pretensamente pejorativa de Mendes, a atual chefe da PGR abandonou velhos aliados pelo caminho e montou uma rede de relacionamentos unida pelo projeto de assumir o comando. “Antipática” e “geniosa” são dois adjetivos comumente atrelados a seu nome. Janot, segundo o procurador Ângelo Goulart Villela, prefere uma definição mais jocosa da colega: “bruxa”.

A história de Villela revela o quão sangrenta foi a sucessão na PGR. Em maio, o procurador foi preso durante a Operação Patmos, acusado de receber 50 mil reais por mês para vazar informações à JBS, então sob investigação. Após 76 dias na cadeia e um período de silêncio autoimposto, Villela decidiu contar sua versão dos fatos. E o que parecia um gesto de altruísmo de Janot, a decisão de prender um amigo e colega de trabalho, ganhou ares de vendeta.

Segundo Villela, ao perceber a movimentação, dentro e fora do Ministério Público, para emplacar sua adversária política no cargo, Janot teria decidido apressar a denúncia contra Temer, o que resultaria na orientação para as hoje questionadas gravações de Joesley Batista e no acordo de delação agora suspenso com os executivos da JBS,

posições progressistas em temas como demarcação de terras indígenas, desarmamento e direitos humanos, sua nomeação foi recebida com frieza pela mídia.

Ao mesmo tempo, Mendes apressa-se em cobrar a fatura pelo “apoio”. Consta que o ministro do Supremo Tribunal Federal, assessor jurídico voluntário do governo, não só referendou a escolha de Dodge como sugeriu a Temer antecipar o anúncio da escolha da substituta, estratégia para esvaziar o fim do mandato de Janot e enfraquecer suas investidas contra o “quadrilhão” do PMDB. Tantas frentes abertas suscitam uma

pergunta recorrente em Brasília: para quem a PGR baterá continência?

Nas próximas semanas, Dodge poderá escudar-se na “herança maldita” de Janot, enquanto imprime sua marca no Ministério Público. As trapalhadas do antecessor nos estertores do mandato dão-lhe certo crédito, embora seja ingenuidade acreditar que a disputa intestina pelo poder na corporação, uma das causas dos fiascos recentes, tenha sido alimentada apenas pelo grupo até há pouco no comando.

A nova procuradora-geral, tanto quanto Janot, não mediu esforços para

generosos mesmo para os padrões da Lava Jato. O procurador atribui ao ex-procurador-geral uma frase simbólica: “A minha caneta pode não fazer meu sucessor, mas ainda tem tinta suficiente para que eu consiga vetar um nome”. Clara referência a Dodge, garante Villela.

A inclusão de seu nome entre os alvos da Patmos, insiste o procurador, foi motivada por ciúmes, após Janot desconfiar que o amigo se bandeara para o grupo de Dodge. A vendeta teria levado a operação a tratar iguais de forma diferente. Enquanto Villela amargava 76 dias na cadeia, o procurador Anselmo Lopes acabaria poupado, embora pesem sobre ele suspeitas não menos graves. Em uma gravação ainda não revelada ao público, Lopes teria barganhado benefícios com um executivo da JBS em troca das acusações: “Quanto você quer que eu desbloqueie do seu dinheiro para você falar e fazer as delações?”

A saída pela porta dos fundos de Janot abre uma chance única para Dodge, que assume o posto no momento mais delicado da história do Ministério Público. A nova procuradora-geral reforçou uma imagem de legalista, no discurso de posse e em declarações públicas, ao criticar os excessos nos vazamentos de informações e nas conduções coercitivas, dois procedimentos ilegais que se tornaram recorrentes na Operação Lava Jato. A carreira ligada a temas de direitos humanos leva muitos especialistas a apostar em uma diversificação da pauta da PGR, excessivamente centrada na Lava Jato. “Como sou metodologicamente otimista, acredito que ela será mais responsável, legalista e prudente. Ela tem muito a aprender com os erros do Janot”, afirma Lênio Streck, professor de Direito Constitucional e ex-procurador da República.

Os novos componentes da força-tarefa da Lava Jato não sinalizam, porém, mudanças significativas na atuação da Procuradoria-Geral. Dodge manteve



O STF vai enviar ao Congresso a derradeira denúncia de Janot contra Temer

apenas dois nomes da equipe formada por Janot e convocou para a missão dois procuradores oriundos da investigação do chamado “mensalão”, Raquel Branquinho e José Alfredo Silva, nomeado coordenador do grupo. Um profundo conhecedor do Ministério Público garante: não há grandes diferenças entre a equipe de Dodge em Brasília e a força-tarefa de Curitiba.

Branquinho simboliza o estilo dessa equipe paulista. É considerada uma procuradora obstinada e voluntariosa. Um de seus casos famosos foi a denúncia contra o então reitor da Universidade de Brasília, Timothy Mulholland, acusado de gastar 470 mil reais na reforma de seu apartamento funcional. Entre as aquisições, uma lixeira dourada avaliada em mil reais. Pressionado pela comunidade acadêmica e por protestos de alunos, Mulholland afastou-se do cargo

em 2008 e em seguida acabou demitido da UnB. Branquinho mostrou-se incansável no encalço do professor. Em 2015, o Superior Tribunal de Justiça decidiu reintegrá-lo aos quadros da universidade.

Os talentos da nova equipe brasileira da Lava Jato e o estilo de Dodge não serão, porém, testados tão rapidamente. Na quarta-feira 20, o STF decidiu, por 10 votos a 1, encaminhar à Câmara dos Deputados a derradeira denúncia de Janot contra Temer, por liderar uma “organização criminoso”. Só após uma decisão dos parlamentares os ministros vão analisar se a peça de acusação da PGR é consistente e deve se transformar em inquérito, o que levaria ao afastamento do presidente por 180 dias.

É quase impossível encontrar quem aposte em uma decisão desfavorável ao peemedebista e seu grupo, principalmente depois da desmoralização do acordo de delação com a JBS e apesar das consistentes acusações do doleiro Lúcio Funaro e das quantias torrenciais de dinheiro apreendidas. O sorriso de Temer na posse de Dodge não foi protocolar. De um lado, as trapalhadas de Janot garantem-lhe uma sobrevida. De outro, o presidente não consegue enxergar na procuradora-geral a “bruxa” descrita pelo antecessor. •

LUIS MACEDO